

Luiz Gama. A vida como prova inconcussa da história¹

DIEGO A. MOLINA¹

*Passant ma vie avec moi,
Je dois me connaître.*
(J.J. Rousseau)

Oh! eu tenho lances doridos em minha vida,
que valem mais do que as lendas sentidas
da vida amargurada dos mártires.

(Luiz Gama)

A vida pelo próprio punho (e tinta)

A BIOGRAFIA de Luiz Gama tem sido objeto de estudos, apropriações e ficcionalizações.² Primeiro como desdobramento das linhas publicadas por Lúcio de Mendonça em 1880, no *Almanach Literário de São Paulo para o ano de 1881*, e, já no século XX, como reverberação da carta que o próprio Gama escrevera a pedido de Lúcio de Mendonça, reproduzida pela primeira vez n' *O Estado de S. Paulo* do dia 13 de maio de 1931. Os avatares dessa vida de tinta nascem de um pedido, de uma cópia e de uma interpretação. Lúcio de Mendonça recebeu a epístola, veículo de certa intimidade,³ como resposta de um pedido pessoal. Depois, copiou trechos inteiros da carta e interpretou outros, isto é, colocou-se entre o objeto, a carta, e a vida do amigo; é isso o que está em jogo na interpretação. Meio século depois, quando a história de Gama tinha sido reinterpretada e reproduzida a partir da primeira mediação de Lúcio de Mendonça, aparece a carta, o único testemunho de primeira mão, pelo próprio punho, da vida de Luiz Gama.⁴

No ínterim entre a primeira inversão dessa história, isto é, primeiro a cópia e depois o original, apareceram inúmeras versões sobre a vida de Luiz Gama e não menos controvérsias e dúvidas; que, *grosso modo*, se mantêm até hoje. A principal diz respeito ao fato de sabermos da infância e da primeira juventude de Gama apenas pelas linhas esboçadas por Lúcio de Mendonça, motivo que produziu uma série de questionamentos sobre a *veracidade* da *história* de Gama. Dúvidas que se multiplicaram quando a carta se tornou pública.

A primeira e quase concomitante *versão* é, de certa forma, a que incita a dúvida sobre a vida de Gama, pois no mesmo ano de 1880, em que aparece o ensaio biográfico de Lúcio de Mendonça no *Almanach Literário de S. Paulo para o ano de 1881*, sai impressa a história de Gama, de forma idêntica, na *Gaze-*

ta de Notícias, mas sob um título sugestivo: “Folhetim”.⁵ Uma vida de romance por entregas que, no caso, seria uma biografia; ou a narrativa de uma vida numa única entrega. Isto é, dependendo do meio e do título da publicação, o texto de Lúcio de Mendonça pode ser uma nota biográfica, mas confunde-se com o folhetim de uma única entrega: a vida de Gama. O gesto de Gama, ao escrever seus apontamentos biográficos: “aí tens os apontamentos que me pedes, e que sempre eu os trouxe de memória” (Gama apud Ferreira, 2011, p.199), também pressupõe uma entrega; a entrega da trajetória de sua vida em mãos do amigo: “Eis o que te posso dizer, às pressas, sem importância e sem valor; menos para ti, que me estimas deveras” (ibidem, p.203). Resulta evidente que o elo perdido, a carta de Lúcio de Mendonça, tenha sido um pedido de esboço autobiográfico, o que explica as linhas de Gama.

Contudo, essa duplicidade – biografia e romance – pode ser lida em termos não de tensão, mas de concomitância de modos narrativos, restituindo o valor histórico da epístola como documento único (escrita por um ex-escravo) sem perder o valor simbólico que contêm as escassas linhas que traçam a vida de Gama. A homonímia do termo história, como sugere Rancière, foi o principal impedimento e, ao mesmo tempo, a única forma de manter o discurso histórico a salvo de cair na disjunção a que os historiadores se viram sujeitos: fazer do discurso histórico ou *ciência* ou *literatura*. A solução da historiografia moderna, de Michelet até a *École des Annales*, veio da junção entre *ciência* e *literatura*, que foi possível por meio de uma “elaboração poética do objeto e da língua do saber” (Rancière, 2014, p.9-10). Portanto, recusando a ambivalência é que a biografia de Gama pode narrar tanto a história de um sujeito real e, portanto, inserido num contexto histórico, o Brasil do segundo reinado, como a história de suas desventuras e a sua superação, emoções e ideias que pertencem por definição ao plano do indemonstrável. É esse o mecanismo que instaura Lúcio de Mendonça a partir das duas publicações, uma num *almanaque* de grande circulação, editado por José Maria Lisboa, no qual era comum apresentar a biografia de grandes vultos da vida pública e cultural de São Paulo,⁶ e outra num jornal, também de circulação considerável para a época, mas que tem a fugacidade do dia a dia, isto é, as escolhas de Mendonça habilitam as duas versões: biografia e romance folhetinesco.

Não vou entrar em conflito e discussão com o que a partir de Phillipe Lejeune (2014) vem se chamando de “pacto autobiográfico” ou ainda de “escritas do eu”, isto é, as formas que a primeira pessoa do singular assume para se manifestar a partir dos diversos gêneros e meios narrativos. A carta de Luiz Gama, gênese da versão de Lúcio de Mendonça, pode ser lida como um texto autobiográfico na medida em que responde ao antigo preceito das biografias cristãs. A biografia e a autobiografia, de fato, estão ligadas na sua origem à irrupção da individualidade de alguns cristãos que narravam sua vida, geralmente sua conversão ou suas confissões, partindo das perguntas sugeridas no verso 114 da *Eneida*: “*qui genus? unde domo?*” (Oca, 1995, p.XI). Não era incomum, já

da Idade Média, como nota Georg Misch,⁷ construir uma autobiografia a partir de uma prerrogativa tirada desse verso da *Encida* que poderíamos traduzir livremente como “qual é a tua linhagem e a tua pátria?”. E tampouco era infrequente fazê-lo por meio de epístolas. Ao responder a essas perguntas-diretrizes, os biógrafos articulavam uma genealogia sugerida no *genus* e uma trajetória de vida no *unde domo*. A princípio, não é necessário muito mais do que isso para passar uma vida ao papel: a genealogia, isto é, de onde vem o sujeito biografado (família, estirpe, linhagem) e o destino, no duplo sentido da palavra, isto é, o lugar ao qual chegamos após um deslocamento espacial e a missão ou força pre-determinada que rege os passos dados, éticos, políticos ou estéticos, ao longo da vida em direção à realização. O que aqui importa é que Gama responde a ambas as perguntas na carta solicitada pelo amigo por meio da memória, ele *fala de memória sobre si*. A menção à memória não é gratuita. Para Santo Agostinho, que nas suas *Confissões* dedica mais de um capítulo à função da memória, não é possível falar de si sem esse atributo:

Quando lá entro [no palácio da memória], mando comparecer diante de mim todas as imagens que quero. Umam apresentam-se imediatamente, outras fazem-me esperar por mais tempo, até serem extraídas, por assim dizer, de certos receptáculos ainda mais recônditos. Outras irrompem aos turbilhões e, enquanto se pede e se procura uma outra, saltam para o meio como que a dizerem: “Não seremos nós?” Eu então, com a mão do espírito, afasto-as do rosto da memória, até que se desanuvie o que quero e do seu esconderijo a imagem apareça à vista. Outras imagens ocorrem-me com facilidade e em série ordenada, à medida que as chamo. Então as precedentes cedem o lugar às seguintes e, ao cedê-lo, escondem-se para de novo avançarem, quando eu quiser. É o que acontece, quando de memória digo alguma coisa.⁸

Realizarei em seguida uma leitura da carta a Lúcio de Mendonça, e seus desdobramentos, que mostram a sua eficácia como uma maneira de reler simbolicamente o Brasil do segundo reinado a partir dos traços biográficos do próprio Gama: uma genealogia, um programa e uma história.

Uma vida em potência

Rancière (2014, cap.I) estabeleceu de forma organizada e cronológica a problemática em torno dos nomes da história e sua multiplicidade de significados, assim como a tensão sempre presente: a história como ciência e a história como literatura. As provas e a narrativa. Se aplicada a qualquer evento histórico, a dúvida pode gerar e legitimar, além de inúmeras versões, vozes em contraposição, fugas e contrafugas, que acabam justificando uma tomada de posição. Desse modo, a *história* que se escolhe contar ganha sempre um viés ideológico ou contraideológico, mas sempre inter-pretativo. Nessa distância e mediação que o “inter” propõe, o historiador escolhe o que e como contar, até onde, quanto, e, talvez, para quem. Mas dificilmente comece a sua narrativa de forma dubitativa: tal evento poderia ter acontecido assim ou tal evento supostamente aconteceu

dessa forma. A narrativa ficaria sujeita não apenas ao inverossímil, como seria improdutora. Ninguém toma um livro de história para saber que tal ou qual evento talvez tenha ou não acontecido. As análises contrafáticas pertencem ao domínio da ficção.

O problema com a carta de Luiz Gama é idêntico, mas diferente, se podemos falar assim. O fato mais relevante é que tudo o que sabemos de sua vida, de seu nascimento até a sua primeira juventude, é uma *versão* própria de Gama, relida e *inter-pretada* por Lúcio de Mendonça, destinatário da carta que contém tais informações. Mas a sua vida exemplar é posta constantemente em dúvida: *teria nascido de pai fidalgo e mãe africana, supostamente foi batizado na Igreja Matriz do Sacramento em Itaparica, talvez tenha sido vendido como escravo pelo próprio pai, a sua mãe teria participado das revoltas insurgentes na Bahia ao longo de 1835 e deportada depois de presa, etc.* Essa constante dúvida, que em qualquer outro registro de narrativa biográfica ou histórica resultaria numa insuportável versão condicional de qualquer evento, sugere, agora, na demonstração de que *nada se sabe ao certo* sobre a vida de Luiz Gama, uma dupla marca de preconceito.

Ao faltarem documentos, o relato *se torna* inverossímil e, portanto, Gama pode ter mentido, ocultado seu passado e se reinventado. Ou, então, o que está por trás do excesso do uso do condicional, em detrimento dos pretéritos típicos do discurso histórico, é o assombro, que permanece implícito, de que um escravo possa ter aprendido a ler e escrever, publicado um livro de poesias satíricas de uma força poética sem precedentes no Brasil independente, que tenha reescrito e rearranjado o *lugar* da negritude tanto na história como nas letras brasileiras e que, além disso, tenha se tornado um exímio advogado, defensor de escravos, abolicionistas de primeira hora, maçom, republicano etc. A dúvida sobre a versão de Gama acarreta, assim, o preconceito tácito, pode até ser inconsciente, de quem ao ouvir a história pensa na mentira ou na impossibilidade. Ambas as correntes de opinião confluem para um único resultado, mesmo que disfarçado de surpresa: Gama fabula.

Bastará um único exemplo em que afloram todas as formas da condição para entender o mecanismo do uso potencial e hipotético. Em *Escravidão nunca mais*, Nelson Câmara (2009) dedica um capítulo inteiro à figura de Luiz Gama, com o título “Luiz Gama, paladino da abolição”. O ensaísta começa a recontar a vida de Gama por meio de subtítulos que acompanham trechos da carta. O primeiro subtítulo é, curiosamente, “o personagem”. Nesse capítulo, ao apresentar a mãe, Luiza Mahin, escreve: “*Conta a história* que esta negra era magra e bonita [...] *Talvez* pelos graves problemas étnicos e raciais de que era portadora, nunca se converteu ao cristianismo [...] *Supostamente* participou da maior rebelião negra ocorrida no Brasil [...]” (Câmara, 2009: p.195). A história conta, não há versões nem pessoas, o relato é impessoal (o sujeito é a *história*), isto é, apaga-se o registro da voz de Gama, único a contar *essa história*. E o que conta a história? Pois que sua mãe *talvez, supostamente etc.*⁹

Uma das condições do pacto de leitura de uma (auto)biografia ou de um livro de memórias (e lembremos que Gama diz se basear apenas em sua memória, reservatório de sua história e, aliás, de toda história) é a confiança em que aquilo que lemos é verdadeiro, apesar de sabermos que qualquer relato biográfico ou autobiográfico pode ser lido como uma convenção literária: “A autobiografia [...] é a forma mais subjetiva da historiografia. É uma história na primeira pessoa do singular. Por necessidade, contém informação que não pode ser comprovada (pensamentos e emoções) e é frequentemente confundida com um romance” (Klüger, 2009, p.24). Contudo, ninguém, até onde eu saiba, questionou a veracidade ou quis saber quem era *realmente* o escravo que chegou até os pés do Joaquim Nabuco menino, em Massangana, para implorar-lhe que a madrinha o comprasse. Uma leitura que partisse do suposto de que Nabuco estaria fabulando, de que esse acontecimento poderia não ter acontecido, por exemplo, retiraria toda a força argumentativa do enorme abolicionista que ele foi, pois é nessa passagem que Nabuco afirma e projeta a sua vocação, o seu chamado e o seu caminho, isto é, o início de sua formação política como abolicionista.

No fundo, a constante posta em dúvida da história narrada por Gama demonstra mais o quanto a incredulidade do leitor, do século XIX até hoje em dia, confronta outras versões que não as consagradas ou oficiais. Um menino livre, vendido como escravo, que aprende a ler e escrever e que, depois, qual Prometeu, leva a luz até a sombra da história oculta, até as trevas do esquecimento e do silêncio proposto pela oficialidade, só pode ser uma história fictícia, que se ajusta mais a um folhetim do que à realidade. Contudo, a voz de Luiz Gama é a única autorizada para contar a sua história. Nesse sentido, o traspasso *confidencial* para o amigo é um ato de despojamento. E entramos novamente no plano simbólico, que tão bem trabalhou Gama.

Como é sabido, o escravo ao longo do século XIX não tinha estatuto de cidadão. O escravo era um corpo reificado, um objeto. Então, o que Gama recupera com sua voz confidente é o direito de usufruir de seu próprio corpo. O escravo, como propriedade privada e inviolável, converte-se após adquirir os rudimentos das primeiras letras em cidadão livre, e, portanto, pode falar, contar, narrar: “sabendo eu ler e contar alguma coisa, e tendo obtido ardilosa e secretamente provas inconcussas de minha liberdade, retirei-me, fugindo” (Gama apud Ferreira, 2011, p.202). Assim narra Gama a recuperação da liberdade. Saber ler e contar alguma coisa são prerrogativas de liberdade, diria que elas são as *provas* de liberdade no Brasil do segundo reinado em que o número de alfabetizados não atingia nem 18% em 1872.¹⁰ São provas únicas, valiosas. Acaso há outro registro de escravo que tenha aprendido a ler e escrever no cativeiro e tenha se tornado livre? Não se sabe de caso semelhante no Brasil. Nem sequer podemos comparar o uso panfletário que durante a secessão nos Estados Unidos se fazia de biografias de escravos vindos do sul. Após o sucesso do romance *A cabana do pai Tomás*, surgiram biografias de ex-escravos, como nos casos de Frederick Douglas ou Booker Washington. A única história passível de comparação é do

admirável Juan Francisco Manzano, o cubano conhecido como “el poeta esclavo”, que escreveu a sua autobiografia ainda no cativeiro.¹¹

Então, a segunda grande inversão da história de Gama se dá no momento em que alguém desacredita dessa *história*, porque nesse momento há uma apropriação ou uma usurpação ou uma expropriação do *corpus* chamado Luiz Gama e então, no descrédito, surge a ideia de que a história é falsa ou é outra, e que o escravo só poderia ser escravo e nunca sujeito da história. Ainda menos da história do Brasil do século XIX. Gama inverte a lógica: de objeto sem história a sujeito histórico, em primeira pessoa!

O escravo, como dito, era por definição uma propriedade, uma força produtiva, porém sem estatuto legal algum; aliás, sem nação. A esse respeito, as anotações do próprio imperador, d. Pedro II, durante a sua viagem pelas províncias do norte, são elucidativas, pois a sua voz elabora o discurso oficial *par excellence* e,¹² dessa forma, fica claro qual era o estatuto do negro no Brasil do segundo reinado. Na Bahia, anota d. Pedro II (2003, p.170): “Fui ver as prisões. A do Aljube é péssima e as inferiores verdadeiras espeluncas, servindo de prisão e *depósito judicial* de escravos e escravas”. E depois, em Jaguaripe, observa que “por baixo [da Câmara] está a cadeia com quatro presos somente, porém de crime de morte [...] também aqui se depositam os escravos, mas não tem casa para depósito e depositário público como a Bahia” (ibidem, p.181-2). A reificação dos escravos negros era tão natural que existiam lugares para depositá-los.¹³ Por último, na serraria de um tal Bernardino de Sena Madureira, o imperador anota que: “Tem 28 trabalhadores, alguns escravos e o resto nacionais” (ibidem, p.202). A própria discriminação entre escravos e nacionais é eloquente e me exime de maiores comentários.

Ao longo do período que vai do Brasil independente até a abolição da escravidão, nesses 66 anos, verificamos facilmente o uso e abuso do escravo, o menosprezo pelo negro,¹⁴ a possibilidade constante de ser vendido como escravo, a dissimulação da cor de alguns mulatos (o contraexemplo de Gama seria Sales Torres Homem, o Timandro do *Libelo do povo* e o Getulino das *Trovas burlescas* podem ser comparados, mas Luiz Gama é exatamente o oposto de Torres Homem, que mascarava sua condição de mulato com pó de arroz e perucas trazidas da França; uma cosmética de Torres Homem contra uma ética de Gama),¹⁵ a miscigenação entre portugueses e africanos etc. Tudo isso, em retrospecto. Mas a única maneira sincrônica de contar a história do negro, do postergado, do excluído, já que eram escassas as vozes autorizadas que falassem *por* e *sobre* eles, era a do próprio negro que, assumido como tal, levantasse a voz e colocasse no cerne a sua participação histórica. É essa a negação praticada contra a história do Luiz Gama ao assumir o potencial como tempo verbal de sua versão, pois a carta de Gama reformula sucintamente um momento central da história do Brasil.

Jorge Luís Borges notou com acerto poético que Dante conseguia *resumir* uma vida num terceto da *Comédia*. Pois bem, Gama *resumiu* a saga do negro na

história do Brasil do segundo reinado numa carta em que narra sua própria vida, inserindo assim o elemento ausente até o momento: os negros, os escravos, os postergados. O certo seria deslocar o condicional para outras perguntas: acaso alguém poderia colocar em dúvida que pessoas livres podiam ser vendidas como escravos de forma aleatória e caprichosa?; acaso alguém poderia afirmar que um escravo não pode aprender os rudimentos das primeiras letras?; acaso alguém poderia sustentar que a escravidão era antes um bem para os africanos do que um crime hediondo?

Uma vida, muitas páginas

Retomo minha hipótese, a vida de Gama se confunde com o romance chamado Gama porque surgem em uníssono, são publicações idênticas para públicos diversos e sob títulos diferentes: biografia e folhetim. A partir da dupla publicação haverá sempre uma mediação dessas escassas linhas e uma multiplicidade interpretativa. A fórmula converte Gama em personagem de sua própria vida, mas, por momentos, em personagem de uma ficção que foge inclusive do único registro válido sobre a sua infância, cativo e adolescência, a carta a Lúcio de Mendonça. Se Boris Fausto afirma que Gama “teve uma vida de romance” (apud Ferreira, 2000, p.XIV), Pedro Calmon (2002) se dedicou não como historiador, curiosamente, mas como romancista a escrever uma versão completamente tergiversada da história de Luiza Mahin em *Malês, a insurreição das senzalas*. Já Sud Mennucci rastreou algumas das versões meramente romanceadas e as colocou cronologicamente (Sud Mennucci, 1938).¹⁶ Embora o folhetim habilite essas leituras, há uma desproporção nas versões fantasiosas em que se busca preencher os silêncios de Gama (e também os silêncios de Lúcio de Mendonça) com mera ficção. Apesar de serem reverberações da mesma vida, essas fantasias não interessam aqui mais que como exemplo da eficácia da *dupla leitura* da vida de Gama; só que nesses casos, a história vira apenas *estória*, e tudo se limita a uma anedota. Aliás, a homonímia se perde e como ela a História se dilui em murmúrios, dentre os quais a própria memória de Gama seria apenas uma voz a mais.

No primeiro aniversário da morte de Luiz Gama, o jornal *Le Messager du Bresil, journal français bi-hebdomadaire* (Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1883) publica em francês as notas biográfica traduzidas de Lúcio de Mendonça, mas com uma introdução que difere das outras cópias, lemos então que: “*L’existence que nous allons essayer d’esquisser, est semée de faits tellement extraordinaires que la description paraît relever plutôt du roman d’imagination que de l’histoire ou la biographie proprement dites*”. Os fatos são “totalmente extraordinários”, daí que o leitor identifique mais elementos do romance de imaginação que da história ou da biografia, tenta elucidar o autor anônimo dessa introdução prévia à tradução das linhas de Lúcio de Mendonça. Mas a introdução tem uma função de advertência, e mantém o pacto da duplicidade, pois sugere: o que o leitor acompanhará a continuação *parece* um romance, os enredos de um personagem de ficção, mas *é* a biografia de um sujeito histórico.

Também Ligia Ferreira, a maior estudiosa da vida e da obra de Luiz Gama, comentando o rompimento de relações entre Gama e seu antigo protetor e amigo, o Conselheiro Furtado de Mendonça, chefe da polícia e professor da Faculdade de Direito, reconta o fato a partir da dupla leitura, pois fala: “[D]os episódios reais e de *desfecho dramático, protagonizados* por Luiz Gama e outros *personagens* envolvidos numa *trama* digna de *folhetim*” (Ferreira, 2011, p.95, grifos nossos). O folhetinesco também é o eixo central num texto introdutório à carta a Lúcio de Mendonça que Roberto Schwarz (1989, p.136) apresenta sob o título de “Autobiografia de Luiz Gama”, os eventos extraordinários da vida de Gama mostram “à maneira ágil do folhetim romântico – uma vida rocambolesca e um destino excepcional”.

Essa dicotomia levou José Ramão da Silva (1981, p.52), na introdução de *Luiz Gama e suas poesias satíricas*, a escrever que: “Gama, erguendo o seu sentimento de amor até o próximo, até o sacrifício, oferecendo a vida e uma felicidade que lhe poderia ser acessível em holocausto à liberdade de seu povo, tem algo dessa vocação de mártir do personagem dostoiévskiiano” . Essa leitura tem um lastro de tinta enorme, o homem-personagem que se oferece em sacrifício, maior que Toussaint Louverture, que John Brown e que Spartacus, chega a dizer o Visconde de S. Boaventura,¹⁷ o Cristo dos pobres, o mártir da abolição, condensa todo o repertório da entrega do corpo e do *corpus* chamado Luiz Gama. A hiperinterpretação, a exegese da vida de Gama, fica habilitada pela repercussão de sua morte. O corolário de sua extraordinária vida é um conjunto de exéquias também extraordinário. A sua morte foi sentida, experimentada e *narrada* como o final de um romance de formação: uma multidão de três mil pessoas, (o maior cortejo fúnebre do século XIX no Brasil, nas palavras de José de Souza Martins),¹⁸ uma peregrinação até o cemitério com cenas de forcejo por carregar as argolas do caixão onde descansavam os restos mortais do “amigo de todos”, choros e promessas proferidos diante do túmulo, juramentos incondicionais... Dessa forma, a despedida dos restos mortais ressignifica a vida de Gama, e permite transformar o esboço de Lúcio de Mendonça em possibilidade inquestionável. Basta repassar a quantidade de artigos publicados ao longo dos três meses a partir da data de seu falecimento para entender o tamanho da grandeza ética de Gama, que advogava, vale lembrar aqui, de graça pela causa dos escravos.

Ligia Ferreira (2011) reuniu em volume indispensável para compreender a vida e a obra de Gama, *Com a palavra Luiz Gama*, um apanhado desses artigos; mas muitos outros preencheram páginas de jornais da época. Reproduzo aqui alguns dos trechos em que os adjetivos hiperbólicos parecem perder o exagero e se transformar em justa medida, em homenagem sentida.

Luciano da Silva Araújo escreve em versos: “A muitos ele libertou; / Seu nome tornou-se grandioso, respeitado, / Porque, novo Messias, a redenção abria, / E do nada os levantou” (apud Ferreira, 2011, p.226). N’O *Mequetrefê*,

de 30 de agosto de 1882, lemos: “A causa dos cativos acaba de sofrer um profundo golpe, uma perda irreparável com a morte do cidadão Luiz Gama. [...] Constituiu-se o advogado dos negros que encontravam nele o médico, o protetor, o amigo, o irmão e até o Cristo que os ressuscitava a eles, os Lázarus da sociedade” (Paraná, 30 de agosto de 1882, p.3 e 6).

Ora, quem melhor entendeu a duplicidade (quem poeticamente não teme a junção de história como ciência e como literatura) no momento em que ela surgia, isto é, quem correu o véu que cobria o rosto do Gama, onde se petrificavam os lânguidos e duradouros gestos de tinta e sangue, foi o jovem Raul Pompeia. O título de sua crônica-exéquias, tributo à vida de Gama e compreensão da dimensão inabordável do homem-personagem, é o mais eloquente: “Última página da vida de um grande homem”. A “última página” pode se prestar a confusões, pois haveria ali uma alusão à última vez que o autor, Raul Pompeia, falaria do amigo Luiz Gama. Mas o complemento de “grande homem”, tópica romântica que supõe que ao contar a vida de um homem de gênio (um grande homem) contava-se, ao mesmo tempo, a história de uma totalidade (social, nacional, histórica), oferece-nos a elucidação dessa homenagem. A vida de Gama, do grande homem, que ao contar a sua história narrou também a história da escravidão, dos negros e dos postergados no segundo reinado, é uma sucessão de páginas. A vida por entregas. E Raul Pompeia vem oferecer uma última página, não definitiva, apenas última no decurso sucessivo dessa vida de tinta. O grande homem era, geralmente, uma autoridade política (Napoleão seria um exemplo na França), a inversão de Pompeia também é notável, o grande homem não é, por exemplo, o imperador, mas o ex-escravo que, livre, canta a sua gesta e prefigura a república. E o discípulo escreve a apoteose do mestre, porque: “Eu votava-lhe o grande culto das lendas heroicas” (apud Ferreira, 2011, p.228). Nesse registro escrito, em que Pompeia diz resignar-se “com a esperança de que o momento histórico é muitas vezes a razão de ser de certos homens” (ibidem, p.231), também há lugar para o registro oral da multidão, que ganha voz *por* e *para* Luiz Gama: “Um brado surdo, imponente, vasto, levantou-se no cemitério. As mãos estenderam-se abertas para o cadáver. A multidão jurou” (ibidem, p.236). A multidão indefinível como sujeito histórico, sem voz (o “excesso de voz” o chamará Rancière) ganha no ato simbólico do passamento de Luiz Gama não só um lugar como uma voz.

Depois, quem ajustou o tom para escrever do ângulo certo e evocar Luiz Gama, do túmulo ao berço e daí à História, foi o cronista e dramaturgo Figueiredo Coimbra, que deixou escrito: “A história há-de dizer dele isto que é uma biografia, isto que é um monumento, isto que é uma eternização” (apud Ferreira, 2011, p.299).

Amalgama todos os registros o fervoroso abolicionista e republicano Luiz Gama. Vai do mítico, um Prometeu, um Orfeu e um Homero,¹⁹ passando pelas personagens de romances de formação, um personagem de Dostoievski, um

Quixote de Ébano,²⁰ até um santo, um mártir, um messias. Sua vida se apresenta como uma parábola, um símbolo e, portanto, a sua morte deve ser martirológica. O negro, o menino abandonado, vendido como mercadoria, o escravo, o pobre, que por meio das letras se liberta, passa de corpo reificado a cidadão e entrega a sua vida e a sua história para contar a história dos postergados. Porém, acima de todos esses registros, que são esforços poéticos para atingir a sua figura, Luiz Gama é um sujeito histórico que viveu contraideologicamente o seu tempo.

O *corpus* Luiz Gama

Há documentos e registros que verificam várias passagens da carta de Gama. Por exemplo, o patacho “Saraiva”, onde Gama foi vendido como escravo, realizava viagens de Salvador para Rio de Janeiro carregando passageiros (livres ou escravos) e mercadorias. Há nos registros da época uma viagem anunciada para o dia 22 de novembro (Figura 1).

Figura 1 – *Diário de Rio de Janeiro* de 23 de julho de 1840, observe-se como o patacho Saraiva também carregava escravos, sem identificação, além de outros passageiros e mercadorias.

Sobre a loja de velas, de um senhor português, na rua da Candelária, no Rio de Janeiro da década de 1840, podem ser lidos vários avisos nos jornais da época (Figura 2).

Figura 2 – *Pequeno Almanak* para o ano de 1841, Rio de Janeiro. Pelos menos três lojas de velas na rua da Candelária.

Por outro lado, o caráter e o suicídio do comerciante de escravos Antônio Pereira Cardoso, foi notícia em vários jornais.²¹ (Figura 3).

Figura 3 – *Diário de S. Paulo* do dia 3 de dezembro de 1868. Antonio Pereira Cardoso, que comprara Luiz Gama no Rio de Janeiro, tem as características descritas na carta a Lúcio de Mendonça.

Há, além disso, registros do momento em que Gama é escolhido para o cargo de amanuense (Figura 4). E do ex-aluno de Direito, Antonio Rodrigues Prado, que virou fazendeiro em Mogi-Mirim; aquele que lhe ensinara as primeiras letras (Figura 5). Por último, é possível rastrear todas as vezes em que Gama viajou ao Rio de Janeiro, pois nos jornais do século XIX a atividade nos portos era publicada, ele esteve nos três anos em que diz ter procurado a mãe na corte.

Figura 4 – *Correio Paulistano* de 21 de abril de 1854.

Figura 5 – Aviso publicado ao longo de várias semanas por Antonio Rodrigues do Prado no *Diário de S. Paulo* no ano de 1871, ano da Lei do Ventre Livre. É curioso que o aluno de Direito que lhe ensinara as primeiras letras a Gama fosse no futuro dono de escravos.

Quem quiser achar *documentos* ou *registros* sobre tudo o que é mencionado na carta de Gama, poderá encontrá-los. Só a sua infância e a existência da mãe ficam sujeitas a sua própria voz. Portanto, é necessário destacar que as

Antonio Pereira Cardoso era o *fazendeiro da Cachoeira*, como tal muito conhecido pelas barbaridades praticadas em sua fazenda, e relatadas minuciosamente pelos diversos jornaes desta côrte, em 1861.

Exercendo eu novamente o cargo de delegado de policia de Lorena, recebi uma denuncia assignada, que afinal foi completamente provada, dos horreos crimes commettidos por essa fôra; e elles erão taes e tão incriveis que eu, para me convencer da verdade, dirigi-me uma tarde, acompanhado apenas do meu escrivo, um ordenança e o proprio denunciante, afim de examinar um lugar fôra da fazenda, onde, dizia o denunciante, achãvã-se sepultados muitos escravos. Fui, porém, impedido por Cardoso, que ameaçou fazer retirarmô-nos á força se proseguissemos no exame.

Figura 1

MOVIMENTO DO PORTO.	
<i>Sahidas no dia 21.</i>	
ITAGUAHY, sum. <i>Boa União</i> , 79 tons., M. Manuel Antonio da Silva, equip. 9: carga sal.	
DITO, sum. <i>Minerva</i> , 60 tons., M. Lourenço Machado, equip. 8: carga sal: passag. Joaquim Antunes Lopes.	
ANGRA, sum. <i>Quatro de Maio</i> , 70 tons., M. Custodio da Souza Machado, equip. 7: carga, varios generos: passags. 2 escravos.	
MONTE-VIDRO, berg. hespanhol <i>Rapido</i> , 250 tons., M. Antonio Villa, equip. 12: carga a mesma com que entrou.	
DITO, berg. hespanhol <i>Joven Agustin</i> , 362 tons., M. Agostinho Donnich, equip. 14: carga a mesma com que entrou.	
<i>Entradas no dia 21.</i>	
BAHIA 18 dias, patacho <i>Saravaia</i> , 152 tons., M. João da Silveira Villes-Boss, equip. 12: carga tabaco, e Joaquim Vieira da Cunha; passags. Manuel Joaquim Coelho, o suizo Joao-Martinho Vigelim, o portuguez Antonio dos Santos, e varios escravos a entregar.	

Figura 2

68 SEGUNDA PARTE. — PROFISSÕES.	
CASQUINHAS.	
Duvivier, rua d'Ouvidor n. 57.	
Felizardo José Tavares & C., ruas do Hospicio n. 52, e Ouvidor n. 52.	
CÊRA (lojas).	
Antonio José da Cunha Bandeira, cericero da Casa Imperial, rua do Sabão n. 7.	
João Soares Gomes & C., rua da Candelaria n. 17 A.	
Joaquim Vieira da Cunha, rua do Sabão n. 11.	
José Antonio de Mattos & C., ruas da Candelaria n. 21, e das Violas n. 11.	
Nestas muito conhecidas e acreditadas casas, ha sempre sortimento de cêra lavrada em vélas de todos os tamanhos, assim como ha sempre grandes porções de chá, rapé, araruta, e as verdadeiras pilulas de familia; tudo se vende por preços razoaveis.	
Felisberto José Cardoso, rua da Candelaria n. 19.	
Francisco Antonio de Souza, rua da Candelaria 6 B.	

Figura 3

Ao chefe de policia.—Fico inteirado de haver Vmc. engajado Luiz Gonzaga Pinto da Gama para coadjuvar os trabalhos da secretaria da repartição a seu cargo, com a gratificação mensal de 2577 rs.

Figura 4

ESCRAVO FUGIDO
Anacleto crioulo, 35 annos mais ou menos, fula, quasi sem barba, estatura mais que mediana, testa grande com entradas, dentes abertos, tem no rosto calombos que parecem espinhas carnaes, e no meio do peito dous signaes salientes que parecem de queimadura, os dedos de um pé encolhidos, e bem assim o polegar da mão direita; bem conversado, boa presença, official carpinteiro; fugiu a 5 de Novembro do corrente anno da fazenda de seu senhor dr. Antonio Rodrigues do Prado, em Mogy-mirim, que gratificará com 100\$000 quem o prender e entrega ll'ô, e com 50\$000, quem o puzer em cadeia segura e der-lha aviso da prisão.

Figura 5

únicas coisas inverificáveis na história de Gama são aquelas que dizem respeito à origem. Não há *documento* que demonstre não apenas a participação de Luiza Mahin, a mãe, nas revoltas baianas da década de 1830, senão a sua existência (Reis, 2003). O pai, por outro lado, permanece ainda no anonimato, poupado pelo próprio Gama do infortúnio de, justamente, passar à história com nome e sobrenome como o sujeito que vendeu o filho para pagar uma dívida de jogo. Sobre a pátria não há dúvidas, Luiz Gama é baiano e brasileiro.

O que podemos ler nessa genealogia (a resposta ao *quid genus?*) é, além de uma linhagem truncada, uma sobreposição simbólica à imagem do ser nacional. Isto é, podemos ler a origem como histórica e como literária. Em termos históricos, a família se desfaz em 1837, quando a mãe vai para o Rio de Janeiro e nunca mais volta (Gama a buscará em vão durante as suas estadas na corte, no Rio de Janeiro, nos anos 1847, 1856 e 1861); já como folhetim: se Moacyr era filho de Martim, o guerreiro português, e de Iracema, a índia virgem dos lábios de mel, podemos ler na carta um Gama que também é filho de um português fidalgo e de uma negra africana, livre e pagã. A mestiçagem aqui é outra, a força dessa condensação simbólica é magnífica. Gama é filho de português com africana *ergo* Gama é brasileiro.²² Na sua genealogia não é necessário ir muito mais atrás: África e Portugal condensam o símbolo, uma compensação lógica, mais do que uma substituição, pelo indianismo romântico.²³

Assim, a carta nomeia pessoas, fatos e lugares que aparecem em outros registros da história do Brasil. A irrupção da mãe, africana e pagã, e do pai, português e fidalgo, que geram o menino que mais tarde será vendido como escravo e percorrerá quase todo o segundo reinado (lembrando que Gama é escravizado no mesmo ano em que outro menino é ungido com a maior idade e assume o poder monárquico, dom Pedro II é coroado em 1840 aos 14 anos), são os únicos elementos estranhos às versões oficiais. Mas é na retrospectiva – a partir da morte de Luiz Gama, o poeta, o pai, o advogado, o orador, o jornalista, o amigo, o ex-escravo – que a sua história é possível; uma história exemplar, no sentido em que o conhecimento e o aprendizado geram cidadãos, lema republicano.²⁴

Podemos afirmar, então, que a vida de Gama é *verdadeira* na medida em que é *histórica*. O Brasil romântico que idealizou e estetizou o índio, emprestando-lhe a voz enquanto o dizimava, é o mesmo que ignorou e silenciou o negro, deixando-o à margem da sociedade, à margem da então chamada “civilização” e consequentemente à margem da história. A vida de Gama é uma prova inconcussa de sua história. Sua voz conta duplamente: *a própria história* e a História do Brasil do segundo reinado. Nessa conjunção e cruzamento de sentidos, a homonímia da palavra se encontra na vida de Gama sem estridências e ali se condensa. Luiz Gama é um *corpus* em que se inscreve a história da escravidão, da violência e da falsa moral das elites econômicas e religiosas do segundo reinado, mas também da resistência, da luta e do lugar que ocuparam os negros

e a cultura africana no conglomerado cultural brasileiro. Nesse sentido, além de precursor do abolicionismo, Gama é um precursor da pluralidade cultural e histórica do Brasil.

Involuntariamente e sem ser romântico, Gama fez coincidir vida e obra, corpo e *corpus*, e, conseqüentemente, história e História. E, por isso, não podemos descartar um lado sem atingir o outro. Não podemos desautorizar a *história* de sua vida, sem apagar a voz do negro na História do Brasil. Isto é, não podemos duvidar da voz de Luiz Gama sem duvidar da participação central do negro na História do Brasil.

Epitáfio de papel, por Artur Azevedo

Escolho como *última página* um texto alheio, em que sobrevive o sorriso, a marca inextinguível de Gama, e a ironia, um dos modos em que melhor se expressou. No periódico fluminense *A Época*, de terça-feira 28 de fevereiro de 1888 (ano II, n.49, p.1), ou seja, na véspera da abolição, na seção “Dia a Dia. Revista Cômica de 1888” escreveu Artur Azevedo:

CENA XLVIII (sic)

No Empyrio (sic). Ferreira de Menezes vai com Luiz Gama.

LUIZ GAMA. – Por onde andaste? Desapareceste, e nunca mais te pus a vista em cima!

FERREIRA DE MENEZES. – Desci à terra, e demorei-me um ano, achei lá coisas extraordinárias; eu vou dizer-t’as; vais abrir a boca!

L.G. – Tu me assustas!

F. de M. – Não é pra isso o caso. Saberás que na nossa Pauliceia já não há um escravo! (*A um gesto do outro*) É o que te digo!

L.G. – Nada, isso agora é brincadeira tua. Está sempre a gracejar este demônio: é o mesmo morto que quando era vivo!

F. de M. – Mas vê que falo sério: de S. Paulo a capital deixou de ter escravos!

L.G. – Pois é lá crível que o Antônio Prado lhe permitisse semelhante luxo?

F. de M. – Se foi Antônio Prado o herói da festa! Se foi ele quem fez a propaganda.

L.G. – Caio das nuvens, e isto é muito fácil: entre nuvens estamos cá no Empyrio. Então o Antônio Prado...? Eu faço ideia da careta que fez o Moreirinha.

F. de M. – O Moreira de Barros? Temos outra! Já liberdade deu aos seus escravos, e renegou de todas as ideias esclavagistas (*sic.*) que emitiu na Câmara!

L.G. – Muito me contas! Mas os fazendeiros estão danados, hein?

F. de M. – Como te enganas! Os fazendeiros abolicionistas se tornaram da noite para o dia! Já muitos municípios estão livres; brevemente sel-o-á toda a província!

L.G. – Não te enganas? Referes-te a S. Paulo?

F. de M. – Refiro-me a S. Paulo: ainda duvidas? Deixei toda a cidade em grande festa, e vim dar-te a notícia do ocorrido.

L.G. – Mas diz e agora aqui: os nossos nomes (Ferreira de Menezes e Luiz Gama) têm sido recordados nessas festas?

F. de. M. – Ah, meu amigo, nós estamos mortos, e eles têm medo das almas do outro mundo. Chega o vagão ao termo da viagem: ninguém naturalmente mais se lembra de que lhe demos o primeiro impulso. Louvados só serão esses magnatas filantropos da véspera. Morremos...

L.G. – Deixa-os: mais tarde nos farão justiça.”

Assinado por Frivolino (pseudônimo de Artur Azevedo).

Notas

- 1 Uma versão deste texto foi apresentada na Jornada Luiz Gama / Machado de Assis, organizada pelos professores Hélio Guimarães (USP) e Lígia Fonseca Ferreira (Unifesp). A jornada teve lugar na sala de eventos do IEA, no dia 21 de junho de 2017.
- 2 Sobre o particular, ver Santos Oliveira (2004)
- 3 Embora exista uma intimidade entre os correspondentes, o gênero epistolar no século XIX era pensado, sobretudo por homens que atuavam na vida pública, como extensões de suas atribuições. Murilo de Carvalho (2003) nota, por dar um único exemplo, como Machado de Assis e Joaquim Nabuco dialogavam também com os silêncios, pois sabiam que as cartas poderiam virar públicas. O caso de Gama é idêntico, responde o pedido do amigo, sabendo que o conteúdo da carta se tornará público, de uma forma ou outra.
- 4 Fogem desta análise os meios e os motivos do ocultamento / aparição da carta na década de 1930. Sobre esse particular, ver Ferreira (2009, p.227-36).
- 5 *Gazeta da Tarde*, ano I, n.136, de Rio de Janeiro, quinta-feira, 15 de dezembro de 1880, copia-se a nota do Lúcio de Mendonça sob o título de “Folhetim” (p.1-2).
- 6 Para dar um único exemplo, no *Almanach Literário... 1877*, achamos três biografias: “Francisco Rangel Pestana (dr.) biografia” (p.81); “Joaquim Xavier da Silveira (dr.) notas para uma biografia” (p.167); e “Notícia histórica biográfica de Amador Bueno da Ribeira” (p.107). Como curiosidade, vale mencionar aqui que, sob o título de “A traços largos”, alguém que assina como “M.” escreveu uma nota biográfica do músico popular Miguelzinho (Miguel Arcanjo Benício Dutra) que “nasceu em Itu, de uma família obscura, mas honrada” e que “Morreu pobre, a socorrer os pobres, no mês de setembro de 1875. Nem um dístico assinala o túmulo daquele grande filho do povo” (p.46). Os apontamentos biográficos de Gama se encaixam, assim, no espectro da revista.
- 7 Em *Geschichte der Autobiographie*, Misch comprovou que a importância atribuída pelos cristãos à vida íntima e espiritual preparou o terreno para o surgimento de uma literatura autobiográfica (apud Oca, 1995, p.XXII).
- 8 Cf. Agostinho (1997, p.224-5). Agostinho ainda falará em “memória intelectual”, “a memória e os sentidos”, “a memória e as ideias inatas”, “a memória das coisas ausentes” etc.
- 9 Não deixa de ser *curioso* que Nelson Câmara repita, duas páginas depois, um erro grosseiro que já Sud Menucci, autor utilizado por ele como fonte, referia. Falando sobre o pai de Gama, escreve, sobre a venda do filho como escravo: “Curioso é que sua mãe, enganada pelo marido, vestiu o filho dizendo que dariam um passeio”. É uma mera questão de datas! A mãe, na carta de Gama, *desaparece* em 1837, a venda de Gama menino como escravo acontece em 1840! Outro exemplo, de peso, está em *Sobrados e Mucambos* de Freyre (2002, p.717): “Na ausência de Luísa é que o pai de Luís o teria

- vendido como escravo a bordo de um patacho [...] e o teria feito num instante de... depressão moral e financeira”. Não deixa de ser curioso que o próprio Gilberto Freyre, no mesmo livro, escreva: “Da mãe de Luís Gama se sabe que fora uma africana livre da Bahia” (ibidem, p.717) e depois que “Luís Gama [era filho] de simples escrava” (ibidem, p.1289), desdobramentos dessa história *mal contada*. Sobre Luiza Mahin, vide o capítulo a ela dedicado por João José Reis (2003).
- 10 Fonte. IBGE, Censo Demográfico 1940, o qual reproduz os dados dos Censos anteriores. No censo de 1890 a taxa de analfabetismo permanece quase idêntica, 82,6% em 1872 e 82,6% em 1890. Em 1860, em São Paulo, ano em que Gama apreende a ler e escrever, a taxa, logicamente, deveria ser maior.
- 11 Ver Manzano (2007).
- 12 Escreve Rancière (2014, p.24), no capítulo sobre a morte do rei na historiografia europeia: “O rei é também, por excelência, aquele que tem boas razões para falar na primeira pessoa, aquele que, no plural de majestade, identifica a singularidade de sua fala com uma instância de legitimidade que o excede. Ele é, por excelência, um nome próprio e uma assinatura que ordenam uma junção de seres falantes, de regras de legitimidade para a fala e para o uso das nomações”.
- 13 No *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume I: A – K)*, podemos ler uma definição do uso do verbo na época: “Depositar, v. at. Pôr em depósito; dar a guardar; § Pôr v. g., depositar o corpo morto, donde há de sair a enterrar-se; a natureza depositou nestes montes hum tesouro de remédios, Vasconcellos *Notic.*, graças naturais que a natureza depositou nele como em tesouro, *Lobo*: toda a sabedoria está depositada nele, *Barreto Pratica* (sic)”. A única forma em que um ser humano pode ser depositado é como “corpo morto”, no depósito propício para esperar o enterro.
- 14 Até José Bonifácio, que em 1823 falava na necessidade de fazer uma amálgama de materiais diversos, isto é, de formar uma ideia de nação *mestiça*, tentava *branquear* a população nas propostas de miscigenação. Observe-se a consideração sobre a miscigenação no apartado “Os índios devem gozar dos privilégios da raça branca” no projeto de lei sobre os “selvagens”: “Procurar a mistura por casamentos entre brancos e índios, índios e mulatos, *mas não negros*, para cruzar as raças; e acabar com a isolação das aldeias” (Bonifácio, 2000, p.65, grifos meu).
- 15 O *Libelo do povo* foi um dos panfletos mais virulentos escritos contra a figura de d. Pedro II e, principalmente, sobre o Poder Moderador. Durante algum tempo o anonimato o salvou de represálias, mas o curioso da história de Torres Homem é o desfecho, pois mais tarde, negou as ideias antidinásticas do *Libelo do povo*, participou de gabinete conservador e recebeu mais tarde o título de Visconde de Inhomirim. Em “Sortimento de gorras para a gente de grande tom” Gama chama Torres Homem de “ardente campeão da liberdade [que] apregoa dos povos a igualdade, *libelos* escrevendo formidáveis” (apud Ferreira, 2011, p.70).
- 16 Nas versões tiradas de jornais, Sud Mennucci recolhe não já histórias em potencial, mas meramente ficcionais sobre a vida de Gama, com ênfase no *episódio* da venda. (Apêndice, a partir da p.130). O autor critica também os exageros de Calmon, mas ele mesmo chega a dizer: “Para mim, Gama foi muito mais infeliz do que ele mesmo acreditou”, curiosa maneira de se apropriar até da tristeza e infelicidade do biografado.

- 17 Citado por Felinto Rodrigues n’*O exemplo, jornal do povo*, Rio, 11 de setembro de 1904, p.1.
- 18 Cf. Martins (2017, p.110).
- 19 Nelson Câmara (2009, p.258) assim o chama: “A sociedade escravocrata se deparava com um imbatível Homero”.
- 20 No discurso de posse para ocupar a cadeira n.15, na Academia Paulista de Letras, disse José Gregori (10.11.2011): “Podemos imaginar o que significou, numa época em que a escravidão circulava como moeda corrente e fincava suas raízes no próprio DNA da sociedade brasileira, que, em nome das pouquíssimas e deficientes leis protetoras, desprovido de apoios de massa ou de organizações mobilizadoras, como um Quixote de ébano, Luiz Gama ter conseguido a liberdade para mais de quinhentos cativos”.
- 21 Diz o autor, José Vicente de Azevedo: “Antonio Pereira Cardoso era o *fazendeiro da Cachoeira*, como tal muito conhecido pelas barbaridades praticadas em sua fazenda, e relatadas minuciosamente pelos diversos jornais desta corte, em 1861. Exercendo eu novamente o cargo de delegado de polícia de Lorena, recebi uma denúncia assinada, que afinal foi completamente provada, dos horrendos crimes cometidos por essa fera; e eles eram tais e tão incríveis que eu, para me convencer da verdade, dirigi-me uma tarde, acompanhado apenas do meu escrivão, um ordenança e o próprio denunciante, afim de examinar um lugar fora da fazenda, onde, dizia o denunciante, achavam-se sepultados muitos escravos. Fui, porém, impedido por Cardoso, que ameaçou fazer retirar-nos à força se prosseguíssemos no exame. [...] Era juiz municipal o Dr. Fernando Lourenço de Freitas, o qual, dirigindo-se para a fazenda da Cachoeira, acompanhado de promotor público Dr. Rafael Brotero, procedeu a diversas exumações e verificou a exatidão de todos os crimes relatos, concluindo o monstruoso processos, cujas peças foram então publicadas por extenso no *Jornal do Commercio, Correio Mercantil e Atualidade*; mas infelizmente, na ocasião em que o mesmo juiz municipal terminava o interrogatório do acusado, este lançou mão de uma garrucha que tinha a seu lado, e com ela deu fim a sua nefanda existência” (In *Diário de S. Paulo*, Quinta-feira, 3 de dezembro de 1868, ano IV, n.983, p.2).
- 22 A comparação não é gratuita, está ligada aos mecanismos retóricos oitocentistas. A escolha de Alencar como vara contraideológica de Gama também tem um viés simbólico, pois como político foi um dos mais ferrenhos opositores da Lei do Ventre Livre de 1871, nas suas cartas assinadas com o pseudônimo de Erasmo, entre 1867 e 1868.
- 23 De fato, essa substituição estaria também presente nas poesias de Gama. O português *brasileiro*, imbricado de termos tupis, moldado e defendido, cada um a sua maneira, por Gonçalves Dias e Alencar, é substituído por um português alternado com vozes africanas. Há um lugar reclamado ali por Gama que boa parte da crítica desatendeu.
- 24 Escreveu Felinto Rodrigues, no jornal *O Exemplo*, no artigo mencionado: “A ciência é a luz que nos dá perfeito conhecimento das coisas que nos cercam, o homem sem ela assemelha-se ao viajante que em noite ameaçado de borrasca, estaciona à falta de luz. Como maior prova desta asserção vamos demonstrar aqui o que disse o ilustre Visconde de S. Boaventura do eminente brasileiro Luiz Gama que pela sua ilustração elevou-se da linha comum”.

Fontes das imagens

Figura 1. *Diário do Rio de Janeiro*, quinta-feira 23 de julho de 1840, Rio de Janeiro, XIX, n.162, p.4.

Figura 2. *Pequeno Almanak para o ano de 1843*. Rio de Janeiro, Typ. de Viuva Ogier e filho, Rio de Janeiro, 1843, p.68.

Figura 3. *Diário de S. Paulo*, quinta-feira 3 de dezembro de 1868, São Paulo, ano IV, n.983, p.2.

Figura 4. *Correio Paulistano*, 21 de abril de 1854, São Paulo, ano I, n.124, p.1.

Figura 5. *Diário de S. Paulo*, terça-feira 28 de novembro de 1871, São Paulo, ano VIII, n.1840, p.3.

Referências

AGOSTINHO (Santo). *Confissões*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1997.

ANDRADA E SILVA, J. B. de. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.

AZEVEDO, E. *Orfeu de Carapinba*. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BORGES, J. L. La Divina Comedia. In: *Siete noches*. Madrid: Tierra Firme, 1980.

CALMON, P. *Malés, a insurreição das senzalas*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2002. (primeira edição de Ed. Pro Luce, 1933)

CÂMARA, N. Luiz Gama, o paladino do abolicionismo. In: *Escravidão nunca mais!* São Paulo: Lettera.Doc, 2009.

CARVALHO, J. M. de. As duas repúblicas. Prefácio a *Joaquim Nabuco e Machado de Assis: Correspondência*. Org. Graça Aranha. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

D. PEDRO II. *Viagens pelo Brasil*. Bahia, Sergipe e Alagoas – 1859. (Prefácio e notas de Lourenço Luiz Lacombe). Rio de Janeiro: Textos e Expressões / Bom Tempo, 2003.

FERREIRA, L. F. Introdução. In: GAMA, L. *Primeiras trovas burlescas*. Org. Ligia F. Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Com a palavra Luiz Gama*. (Org., sel. e notas). São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.

_____. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.21, n.60, maio-agosto 2007.

_____. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. *Teresa, Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n.8/9, p.300-21, 2008.

_____. A voz negra na “autobiografia”: o caso de Luiz Gama. In: GALLE, H.; OL-MOS, A. C.; KANZEPOLSKY, A.; IZARRA, L. Z. (Org.) *Em primeira pessoa, abordagens de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009. p.227-36.

_____. *Com a palavra Luiz Gama*. Poemas, artigos, cartas, máximas. Org., apres. e notas de Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. In: *Interpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. 3 v. v.II.
- GAMA, L. *Trovas burlescas de Getulino*. Org. Ligia F. Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KLÜGER, R. Verdade, mentira e ficção em autobiografias e romances autobiográficos. In: GALLE, H.; OLMOS, A. C.; KANZEPOLSKY, A.; IZARRA, L. Z. (Org.) *Em primeira pessoa, abordagens de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009. p.21-30.
- LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico*. De Rousseau à Internet. Minas Gerais: UFMG, 2014.
- LISBOA, J. M. *Almanach litterario de São Paulo para o anno de 1877*. São Paulo: Typ. da província, 1876. (Edição fac-similar).
- MANZANO, J. F. *Autobiografía del esclavo poeta y otros escritos*. Ed., introd. e notas de William Luis. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana; Vervuert, 2007.
- MARTINS, J. de S. O juramento dos caifases. In: *O coração da Pauliceia ainda late*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2017. p.110.
- MENUCCI, S. *O precursor do abolicionismo no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
- OCA, F. M. de. Introducción. In: SAN AGUSTÍN. *Confesiones*. México: Porrúa, Colección Sepan Cuantos, 1995.
- RANCIÈRE, J. *Os nomes da história*. Ensaio de poética do saber. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- SANTOS OLIVEIRA, S. R. dos. *Gramacopeia. Ficções sobre o poeta Luiz Gama*. Campinas, 2004. Tese (Doutorado) – Departamento de Teoria e História Literária, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004. Disponível em: <<http://www.biblioteca-digital.unicamp.br/document/?code=vtls000327122>>. Acesso em: 4 abr. 2017.
- SILVA, J. R. da. *Luís Gama e suas poesias satíricas*. Brasília: Cátedra, 1981.
- SCHWARZ, R. Autobiografia de Luiz Gama. *Novos Estudos Cebrap*, n.25, p.136-41, out. 1989.
- Fontes primárias
- Ao longo desta pesquisa, consultei diariamente o arquivo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>). As pesquisas permitem buscas por palavras no acervo digital, esse foi o caminho mais curto para *verificar* alguns dos nomes citados por Gama em sua carta, assim como as referências ao cortejo fúnebre e demais citações de sua história. Copio a lista de jornais utilizados no *corpus* do texto, ressaltando, novamente, que todos eles foram consultados no site da Hemeroteca digital entre 4.3.2017 e 18.5.2017.
- A Pátria*. Rio de Janeiro
Almanach Literário de São Paulo. São Paulo
Commercio de S. Paulo. São Paulo
Correio Paulistano. São Paulo.

Diário de S. Paulo. São Paulo
Diário de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro
Gazeta de Campinas. São Paulo
Gazeta da Tarde. São Paulo
Le Messenger du Brésil, journal français bi-hebdomadaire. Rio de Janeiro
O Exemplo. Jornal do povo. Rio de Janeiro
O Mequetrefe. Rio de Janeiro
O Ypiranga. São Paulo
Pequeno Almanak. Rio de Janeiro

RESUMO – A vida de Luiz Gama tem sido objeto de apropriações, interpretações e ficcionalizações. A convergência, a sobreposição e a imbricação de versões entre o sujeito histórico Luiz Gama, inserido no segundo reinado, e um Gama personagem de folhetim geraram disputas acirradas de seus críticos e comentadores. Na carta escrita a seu amigo Lúcio de Mendonça, esboço memorialístico e autobiográfico, Luiz Gama resume a sua origem e sua trajetória. Baseado nessa carta, Lúcio de Mendonça reescreveu a biografia de Gama e a publicou, idêntica, em duas versões. Uma como esboço biográfico no *Almanach Literário de São Paulo para o ano de 1881*, e outra sob o título de “Folhetim” na *Gazeta da Tarde*. Valemo-nos das ideias apresentadas por Rancière (2014), principalmente da homonímia da História / história, para realizar uma leitura crítica da publicação e recepção da carta de Luiz Gama.

PALAVRAS-CHAVE: Luiz Gama, Biografia, História do Brasil do segundo reinado, Carta a Lúcio de Mendonça.

ABSTRACT – The life of Luiz Gama has been appropriated, interpreted and fictionalized. The convergence, superposition and overlapping versions of Luiz Gama, the historical subject, inserted in the Second Reign, and a fictional Gama have given rise to fiery disagreements among his critics and commentators. In the letter written to his friend Lúcio de Mendonça, a memorial and autobiographical outline, Luiz Gama sums up his origin and background. Based on this letter, Lúcio de Mendonça rewrote Gama’s biography and published it in two identical versions. One as a biographical draft in the *Almanach literário de São Paulo para o ano de 1881* and another, titled “Folhetim,” in the *Gazeta da Tarde*. We resort to the ideas presented by Rancière (2014), primarily regarding the homonymy of ‘História/história’ (History/story), to make a critical reading of that publication and the reception of Luiz Gama’s letter.

KEYWORDS: Luiz Gama, Biography, Brazilian history in the Second Reign, Letter to Lúcio de Mendonça.

Diego A. Molina é licenciado em Letras Modernas pela Universidade de Buenos Aires, mestre em Literatura Brasileira pela USP e doutor em Literatura Latino-americana também pela USP. Atualmente realiza pesquisa de pós-doutorado em Literatura Brasileira no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. É bolsista da Fapesp. @ – diegomolina@usp.br

Recebido em 22.6.2017 e aceito em 17.8.2017.

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.